Os alarmantes índices de reprovação escolar

» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

» RAQUEL TEIXEIRA
Secretária estadual de Educação do Rio Grande do Sul



O Brasil é um dos países que mais reprovam no mundo. Em 2019, antes da pandemia, 2.251.816 estudantes foram reprovados, o que equivale a dois terços da população do Uruguai. A etapa mais crítica é o ensino médio. De cada 100 alunos da rede estadual de ensino, 10 são reprovados, ou seja, uma taxa de reprovação de 10%. No Rio Grande do Sul, esse percentual salta para 17,4%, um dos maiores do Brasil.

Países que são referência em educação investem pesado para evitar a reprovação dos alunos. No Japão, os professores chegam a ser avaliados por uma comissão quando reprovam mais de 3% dos alunos. Já na Finlândia, a baixíssima taxa de reprovação de 2% se possibilita mediante estratégias preventivas e alta qualidade do ensino (https://blog.portabilis.com.br/reprovacao-dos-alunos/). O duro é que taxas elevadas de reprovação dialogam com as taxas de abandono escolar e não significam maiores índices de aprendizagem.

Matéria produzida no G1, em 29/9/2020, pela jornalista Elida Oliveira, tomando como referência o relatório "Políticas eficazes, escolas de sucesso", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2018, revelou, entre outras coisas, que no Brasil 34% dos estudantes de 15 anos repetiram a série ao menos uma vez durante toda a vida escolar. Esse é o quarto maior percentual entre 79 países e territórios analisados, muito acima da média de 11,9%. Acima do Brasil estão apenas Líbano (34,5%), Colômbia (40,8%) e Marrocos (49,3%).

Os dados também indicam que, em geral, alunos de baixa renda têm três vezes mais chance de repetir a série ao menos uma vez na vida, se comparados a estudantes de maior renda, mas com o mesmo desempenho no Pisa. No Brasil, 51,8% dos que repetiram o ano ao menos uma vez faziam parte da parcela mais pobre da população.

Foi olhando para essa grave situação e pensando naqueles que mais precisam da atenção do poder público, especialmente após o período da pandemia provocada pela covid-19, que agravou ainda mais o quadro da aprendizagem e do abandono escolar, que a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul tomou a importante decisão de trabalhar a recuperação da aprendizagem escolar no período de férias, para que os alunos com maiores chances de reprovação tivessem assegurado seu direito de aprender. Nessa situação se encontravam quase 120 mil alunos.

Essa iniciativa foi uma oportunidade adicional para que os estudantes recuperassem as aprendizagens de que necessitavam para o próximo ano letivo, possibilitando a sua aprovação, caso alcançassem os índices necessários. Durante o mês de dezembro, os estudantes que não foram aprovados receberam seu Plano de Estudos de Recuperação personalizado, com a indicação das aprendizagens que precisam ser recuperadas para a continuidade da vida escolar e o avanço de ano ou série. Nesse plano foram indicados aos estudantes os materiais para estudo, como livros didáticos, plataformas de leitura e conteúdos da plataforma Google Sala de Aula, entre outros.

Uma cópia desse plano foi disponibilizada às famílias dos alunos, juntamente com o boletim de desempenho. As famílias também foram informadas da necessidade do comparecimento dos estudantes às atividades presenciais indicadas no cronograma, sendo essa a única forma de acesso à oportunidade adicional.

Os Estudos de Recuperação foram disponibilizados para os alunos do 3° ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, já que os do 1º e 2º ano do ensino fundamental não participaram, pois constituem o ciclo de alfabetização, no qual não ocorre a reprovação. Vale ainda salientar que as aulas de recuperação não configuram uma aprovação automática.

O principal objetivo foi resgatar a confiança dos alunos, de modo que eles pudessem acreditar na sua capacidade de superação quando devidamente apoiados. Para isso contamos com os nossos professores, que também acreditaram que isso seria possível. Creio que essa iniciativa, colocada em prática no Rio Grande do Sul, pode inspirar o Brasil a reverter seus elevados índices de reprovação, tomando medidas simples que estavam esquecidas.

Novo título do Tesouro viabiliza complementação da aposentadoria básica

» FÁBIO SOUZA
Juiz Federal e professor de direito previdenciário da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Connect de Direito Social (ICDS)

O valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é de R$ 7.507,49. Apesar de relevante, essa quantia não é suficiente para a manutenção da qualidade de vida de significativa parcela da população, especialmente da classe média. Desde 30 de janeiro deste ano, os interessados em garantir uma aposentadoria superior aos benefícios do INSS possuem alternativa, o RendA+, Aposentadoria Extra, título do Tesouro Nacional, com a finalidade de gerar renda passiva, viabilizando a complementação da aposentadoria básica.

Títulos do Tesouro são títulos de dívida emitidos pelo governo federal, com o objetivo de captar recursos no mercado para financiar suas atividades. Os títulos comprados pelos investidores são resgatados na data do vencimento, com o pagamento dos juros contratados, que podem ser pós ou prefixados. O RendA+, criado pelo Decreto 11.301, de 21 de dezembro de 2022, é uma série especial de Notas do Tesouro Nacional, a NTN-B1, com uma característica que o distingue dos demais papéis negociados no Tesouro Direto: o resgate do valor investido e capitalizado ocorre por meio de parcelas mensais, durante 20 anos. Desse modo, é garantida a formação de uma renda passiva, sem qualquer relação com a previdência básica.

Em resumo, o investidor faz uma aplicação hoje e, na data programada, passa a receber uma renda por 20 anos. Por exemplo, com as taxas de juros atuais, uma pessoa que pretenda se aposentar em 2050, investiria hoje, aproximadamente, R$ 26 mil, no título RendA+2050, para garantir uma renda mensal a ser auferida no período de 2050 a 2069, o que significa que, no vencimento final do título, teria recebido R$ 240 mil.

O investimento não precisa ser realizado de uma só vez. É possível fazer aplicações periódicas, a fim de aumentar a renda futura. Evidentemente, quanto maior o tempo de capitalização e as taxas de juros oferecidas, melhor será o resultado na formação dessa "aposentadoria".

Outro dado importante é que, atualmente, o Tesouro RendA+ está sendo negociado com oito prazos diferentes, com início de recebimento da renda variando de 2030 a 2065, o que permite a formação de uma carteira capaz de cobrir um longo período de inatividade.

Por ser um investimento de baixíssimo risco, forte previsibilidade e grande praticidade de aplicação, o RendA+ já seria excelente opção para integrar as carteiras de investimentos com foco na aposentadoria, principalmente, em cenários de juros elevados. Mas há, ainda, uma vantagem adicional: o investimento é isento de cobrança de Taxa de Custódia da B3, desde que o investidor mantenha o papel até o seu vencimento, com limite de até seis salários mínimos de renda mensal.

Para estimular a disciplina financeira, entretanto, caso o resgate ocorra antes do vencimento, as taxas são bastantes elevadas. Alguns analistas apontam esse fator como uma desvantagem do título, o que pode ser considerado verdade em uma lógica de investimentos tradicionais. Porém, na formação da poupança previdenciária, estratégias de estímulo à manutenção das reservas constituídas podem ser encaradas como grande vantagem para garantir a utilização do capital na formação do benefício futuro.

Deixando de lado preciosismos técnicos, a ideia central de uma aposentadoria consiste na substituição de uma renda ativa, decorrente do trabalho, por uma renda passiva, gerada independentemente do exercício de uma atividade remunerada. Para tanto, há as estratégias tradicionais, envolvendo a previdência pública e a privada, que, de modos distintos, possuem grande relevância e são ótimos instrumentos de proteção. Entretanto, no mapa para a formação de uma aposentadoria integral, a estratégia da diversificação é essencial, revelando a importância dos investimentos em oportunidades geradoras de renda passiva. O desafio é a busca dessas oportunidades com boa rentabilidade e risco compatível com o objetivo previdenciário. Por essa razão, o RendA+, Aposentadoria Extra tem grande potencial para integrar as carteiras de investimentos voltadas para a formação da aposentadoria.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Prisioneiros de consciência

Em democracias verdadeiramente maduras, as instituições do Estado jamais se prestam a perseguir opositores do governo de plantão, com base em opções ideológicas. Nessas democracias autênticas, o Estado e todas as suas instituições são infensas às etéreas fumaças de matizes ideológicos. Predileções ou cores partidárias são válidas nos limites dos partidos e jamais devem contaminar o Estado e sua máquina. Primeiro, porque é esse o desejo dos cidadãos de bem. Segundo, é preciso lembrar que o custeio da máquina pública é feito pelos pagadores de impostos, que, na sua imensa maioria, querem ver os políticos e suas preferências momentâneas longe, muitas léguas, de tudo que é público.

O problema é fazer valer esse modelo de equidistância do Estado, num país histórico e culturalmente patrimonialista, onde as relações interpessoais e consanguíneas penetram e contaminam toda a estrutura da máquina pública. A persistir esse modelo de República às avessas, o que a população brasileira pode esperar para o futuro ad infinitum é ser governada, alternadamente, por clãs oligárquicos, que usam e abusam dos mecanismos do Estado para perseguir, ou eliminar, opositores, tornando o caminho dos cofres aplainados e livres para seus correligionários.

Nada do que foi dito acima é novidade para ninguém, o que tornam as coisas ainda piores, já que muitos passam a acreditar que é esse o modelo que estamos fadados seguir e aturar e que, em última análise, decorre, diretamente, de nossas próprias escolhas diante do altar das urnas eletrônicas. Não há salvação à vista, frente a um Estado distópico, pronto a desconstruir e retorcer, diante de todos, o que vem a ser Estado democrático de direito, ainda mais quando forças de toda a ordem, que poderiam estar ao lado dos cidadãos, se rendem às benesses do governo, ajudando o sistema a parecer aquilo que não é de fato.

São bilhões e bilhões de reais que fluem das mãos dos cidadãos, diretamente para manter o *status quo*, azeitando e mantendo atuante a odiosa máquina de moer opositores. Somos, nesse caso, todos cúmplices, mantendo vivo um sistema que visa nos manter num silêncio sepulcral. Essas digressões, feitas tangencialmente à nossa realidade, nesses momentos de penumbra, vem a propósito do esquecimento ou para usar uma linguagem mais atual, do cancelamento a que estão submetidas centenas de pessoas, na sua maioria gente idosa, presas sem acusação formal ou acesso aos seus processos na justiça, todas elas acusadas de crimes vagos e sem previsão no ordenamento jurídico.

Taxadas de terroristas e outros epônimos a estampar manchetes e que agora jazem em condições sub-humanas por conta de uma máquina pública transformada em fuzil e municiada por projéteis ideológicos, prontas para aniquilar opositores. É disto que se trata, mesmo que a tarja preta tente esconder de todos. São prisioneiros de consciência, mesmo que digam o contrário.

» A frase que foi pronunciada

"A verdade é que este tipo de ditadura, sendo essencialmente antidemocrática, tem de recorrer a formas pseudodemocráticas para se legitimar, mas também, e isso é o que importa, pela sua real convicção de representar o povo, o verdadeiro, pessoas legítimas, que se definem pelo poder através de critérios raciais, políticos ou culturais".

José María Faraldo, *Redes de terror: a polícia secreta comunista e seu legado*

Quase 3 mil

» Se alguns acham que para cumprir os deveres como cidadão é difícil, o Estado mal gerido sofre muito mais. Depois de registrar matrículas de alunos que precisam de apoio durante as aulas por portarem alguma deficiência, a Secretaria de Educação está às voltas para contratar concursados e conclamar a presença de voluntários.

Entendido

» *Vida Vivida — histórias de um advogado*, de José Alberto Couto Maciel, é um desses livros de cabeceira que se tem para conversar lendo. Cada vez que é aberto, chama a atenção para detalhes. "Na prática, muitas vezes se ganha o processo porque se tem razão, porque fez um excelente trabalho; outras vezes por esses mesmos motivos, se perde. É que o lado humano importa muito mais do que o direito. Parece-me que o direito tem sempre duas caras, e qualquer das duas vale quando transitado em julgado."

Acidente

» Cloreto de vinila é o nome da substância tóxica que vazou do trem descarrilado em Ohio, nos Estados Unidos. O caso é tão grave que os moradores não querem voltar às suas casas. Os depoimentos são de estarrecer.

» História de Brasília

Atrás do Bloco 2 do Iapfesp (304), estão jogando entulho para encobrir a lama. A superquadra não pode ser urbanizada porque construíram as casas de alvenaria onde deveria ser jardim. (**Publicada em 17/3/1962**)